

## “ME SINTO UMA FACHADA PRESTES A EXPLODIR”: VIVÊNCIAS NO TRABALHO DE MULHERES POLICIAIS CIVIS<sup>12</sup>

I feel like a facade about to be exploded": work experiences of civilian police woman

**Larissa Przendziuk Ulbrich<sup>3</sup>** 

Universidade Feevale<sup>4</sup>  
Novo Hamburgo, RS, Brasil.

**Carmem Regina Giongo<sup>5</sup>** 

Universidade Feevale  
Novo Hamburgo, RS, Brasil.

### Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar as vivências de trabalho de mulheres policiais civis que atuam no serviço de acolhimento à mulher vítima de violência em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) da região metropolitana de Porto Alegre/Rio Grande do Sul, Brasil. Este estudo teve caráter exploratório descritivo de metodologia qualitativa. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. Participaram da pesquisa oito mulheres policiais civis. Os dados foram submetidos à Análise Temática. Os resultados da pesquisa apontaram que o trabalho das policiais é caracterizado pela precarização da organização, das condições e da saúde e segurança no trabalho. Estes aspectos geram vivências de sofrimento e danos à saúde mental, impactando nas relações sociais e familiares das entrevistadas. Diante disso, as policiais desenvolvem estratégias de mediação do sofrimento, predominantemente individuais. Como vivências de prazer no trabalho foram destacados as relações socioprofissionais e o reconhecimento das usuárias atendidas pela delegacia. Concluiu-se que são necessários espaços de escuta e intervenção em saúde do trabalhador nas DEAMs, além de políticas estatais que garantam a segurança e os direitos das trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Polícia. Saúde mental. Sofrimento psíquico. trabalho.

### Abstract

This research aims to analyze work experiences of female civilian police officers who work in the support service for women victims of violence at a Specialized Police Station for Assistance to Women (DEAM) in the metropolitan region of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. This

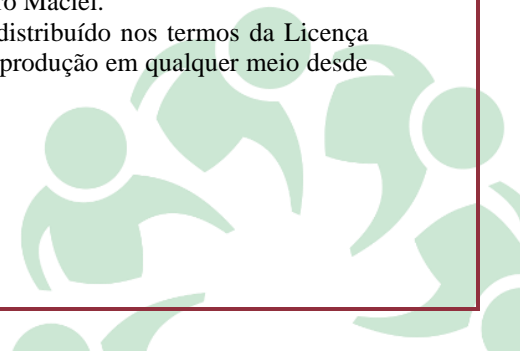
<sup>1</sup> Editores responsáveis pela avaliação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliam Deisy Ghizoni e Dr. Roberto Moraes Cruz. Editora de Leiaute: Dr.<sup>a</sup> Beatriz Albarello. Editora Administrativa: Msc. Thamyras Pinheiro Maciel.

<sup>2</sup> Copyright © 2023 Ulbrich & Giongo. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons. Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

<sup>3</sup> [larissaprzendziuk@gmail.com](mailto:larissaprzendziuk@gmail.com)

<sup>4</sup> Câmpus II. ERS-239, 2755, Novo Hamburgo, RS. CEP: 93525-075.

<sup>5</sup> [ca.aiesec@gmail.com](mailto:ca.aiesec@gmail.com)



exploratory, descriptive study used a qualitative methodology. Semi-structured interviews were used for data collection. Eight civilian police officers participated in the research. Data were subjected to Thematic Analysis. The research findings indicate that police officers' work is marked by precarization of the organization, conditions, and health and safety in the workplace. These factors result in instances of suffering and mental health damage, which affect the social and familial relationships of the interviewees. In response, the police officers develop predominantly individual strategies to cope with the suffering. Positive work experiences were highlighted in the form of social and professional relationships, and recognition from the users served by the police station. The study's conclusion underscores the need for spaces for listening and worker health intervention in DEAMs, as well as state policies that ensure the safety and protect the rights of female workers.

**Keywords:** Police. Mental health. Psychic suffering. Work.

---

## Introdução

Estima-se que uma em cada três mulheres e meninas com idades entre 15 e 49 anos nas Américas, sofrem violência física ou sexual. O Brasil é o quinto país no ranking mundial de violência contra a mulher e o sétimo no número de assassinatos (Organização Pan-Americana de Saúde [OPAS], 2023). Em 2022 o país registrou o maior número de estupros da história, contabilizando 74.930 ocorrências, com crescimento de 8,2% em relação a 2021. As vítimas eram majoritariamente mulheres (88,7%). Também cresceram em 2022, os indicadores de violência doméstica, totalizando 245.713 agressões, 1.437 feminicídios e 4.034 homicídios femininos (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). No estado do Rio Grande do Sul foram registrados, em 2022, 106 casos de feminicídios, 262 tentativas de feminicídios e 50.787 situações de violência contra mulher. Estes dados correspondem a um aumento de 10,4% se comparados a 2021 (Observatório Estadual da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, 2023).

Neste contexto, diversas políticas públicas têm sido desenvolvidas com o intuito de intervir nestes indicadores, dentre elas estão as delegacias especializadas de atendimento às mulheres vítimas de violência, que fazem parte do quadro da Polícia Civil de cada estado. Com a efetivação da Lei n. 11.340/06, chamada de Lei Maria da Penha, realizaram-se mudanças nas delegacias da Polícia Civil em todo o país (*Lei n. 11.340, 2006*). Após a implementação da Lei, foram criadas as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). A partir disso, elaborou-se uma norma técnica de padronização das DEAMs, onde foi instituída uma nova política criminal e procedimentos específicos para lidar com as ocorrências de violência contra as mulheres.

Ademais, a lei estabeleceu uma política integral para o tratamento dessa violência e

criou atribuições para os poderes públicos e para as delegacias. Houve mudanças na profissão, e os policiais civis precisaram modificar a sua forma de atendimento, passando a realizar o acolhimento das vítimas. Foram requeridas também, a ampliação no número de policiais do sexo feminino para trabalhar com a violência contra a mulher nas delegacias especializadas (Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, 2010). Entende-se que a mulher na posição de policial pode efetuar um atendimento humanizado à vítima, por diversos motivos, mas dentre eles, por ser do mesmo sexo e, por isso, facilitar o processo de fala e de escuta. No entanto, estes atendimentos podem causar danos psíquicos na profissional caso não exista uma capacitação e um suporte adequado para exercer este atendimento. Estudos desenvolvidos desde a década de 1990 têm discutido os danos psicológicos ocasionados pelo contato contínuo e prolongado com o sofrimento de pacientes ou usuários de serviços, levando os trabalhadores ao desenvolvimento da fadiga por compaixão (Figley, 1995).

No estado do Rio Grande do Sul existem 22 delegacias especializadas neste atendimento (Wendt & Carivali, 2017). Estas delegacias são caracterizadas como uma corporação da Polícia Civil, criadas com a finalidade de prestar assistência especializada à mulher em situação de violência (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006). A regulamentação da DEAM estabelece a quantidade de policiais que devem atuar nestes espaços conforme o número de habitantes de cada cidade. Neste caso, um município que possui acima de 200 mil habitantes deve contar com três delegados, seis escrivães e seis investigadores (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006).

No que se refere a saúde mental dos policiais no Brasil, estudos recentes têm mostrado que o índice de estresse é mais alto nesta categoria profissional, afinal, o pensamento pós trabalho ainda é sobre o trabalho, acometendo danos invisíveis (Costa et al., 2007). Neste contexto, as atividades laborais são caracterizadas por atividades desgastantes emocionalmente e fisicamente, pela exposição constante aos riscos, além de jornadas de trabalho irregulares, exposição a intempéries e longos períodos sem descanso (Borges, 2013). Conforme dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), 172 policiais foram assassinados em 2022, sendo que sete em cada 10 morreram quando estavam em período de folga. Além disso, o número de suicídios entre os profissionais aumentou 55% entre 2020 e 2021, passando de 65 para 101 mortes.

Bezerra et al. (2013) explicam que muitos estudos nacionais e internacionais apresentam “o estresse como um dos principais problemas de saúde entre os policiais, de ambos os sexos, sendo as mulheres mais afetadas que os homens” (p. 2). No caso das DEAMs, é relevante salientar que o agente responsável pelo atendimento às mulheres vítimas de violência é também

uma mulher, isto é, uma mulher profissional da Polícia Civil que possui o objetivo de acolher outra mulher. Este acolhimento ocorre com uma vítima de violência doméstica, que por vezes relata, na ocorrência, inúmeras das agressões sofridas. Diante disso, é preciso problematizar o lugar e as vivências destas policiais como profissionais, mães e mulheres que estão expostas à escuta de situações de violências diariamente e que, atreladas às condições de precarização do trabalho policial já identificadas pela literatura nacional (Costa et al, 2007; Bezerra et al., 2013; Sousa et al., 2022), podem agravar as vivências de sofrimento e os danos à saúde mental no trabalho.

A saúde mental destas trabalhadoras requer atenção e, neste sentido, é importante frisar que “cuidar da saúde mental dos policiais de maneira sistêmica e prevenir o suicídio policial têm que ser entendido pelo governo não como custo, mas investimento na valorização profissional e na vida” (Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 2019, p. 8). É preciso que a violência contida na rotina de trabalho seja falada e elaborada por estas profissionais para que tenham condições de acolher e escutar o público-alvo de seu trabalho. Frente ao exposto, é relevante que se atribua visibilidade às situações de trabalho que estas profissionais vivenciam diariamente, pois há muitas pesquisas sobre a violência doméstica, porém poucas relacionadas à saúde mental da profissional que presta este acolhimento às vítimas, lidando com situações de violências cotidianamente.

Neste estudo entende-se saúde mental no trabalho a partir dos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho, considerada um modelo teórico criado pelo psicanalista Christophe Dejours, na década de 1980, na França. A abordagem possui como objetivo analisar “as dinâmicas da relação do sujeito com a organização do trabalho que podem gerar fragilizações mentais” (Vasconcelos & Faria, 2008, p. 453), compreendendo as vivências de prazer e de sofrimento psíquico dos fatores atrelados a organização, as condições de trabalho e as relações socioprofissionais (Bueno & Macêdo, 2012). Ainda, é relevante salientar que à Psicodinâmica do Trabalho interessa “não mais somente o homem, mas o trabalho; não mais apenas a organização do trabalho, mas as situações de trabalho nos detalhes de sua dinâmica interna” (Dejours, 2004, p. 53).

Para Merlo (2002), a Psicodinâmica do Trabalho contém uma particularidade significativa, afinal não visa somente entender o sujeito separadamente, mas sim, o grupo de trabalho. Isto é “após diagnosticar o sofrimento psíquico em situações de trabalho, ela não busca atos terapêuticos individuais, mas intervenções voltadas para a organização do trabalho à qual os indivíduos estejam submetidos” (Merlo, 2002, p. 132). Neste sentido, a abordagem se baseia em categorias de análises, partindo da organização de trabalho, a qual expõe aspectos como os

estilos de gestão, o grau de autonomia, os níveis de responsabilidade, os ritmos de trabalho, as regras e normas, entre outros aspectos. Outro elemento de análise são as condições de trabalho, que se referem ao ambiente físico, químico e biológico, além das circunstâncias de higiene e segurança. Os elementos relacionados a mobilização subjetiva também ocupam um importante lugar na teoria e compreendem dimensões relacionadas a inteligência prática, ao reconhecimento, aos coletivos de trabalho e a cooperação (Bueno & Macêdo, 2012). Além disso, faz parte do campo de análise as estratégias defensivas, consideradas mecanismos empregados pelos trabalhadores para negar ou controlar o sofrimento vivenciado no trabalho (Dejours et al., 1994). Estas estratégias podem aparecer de maneira individual ou coletiva, sendo capazes de transformar a percepção que os trabalhadores possuem da realidade geradora de sofrimento e, de colocá-los em uma posição ativa diante de suas vivências (Dejours, 2004).

Apoiando-se nos pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho e considerando a relevância dos estudos que problematizam a saúde mental no trabalho no campo da Segurança Pública, este estudo possui o objetivo de analisar as vivências de trabalho de mulheres policiais civis que atuam no serviço de acolhimento à mulher vítima de violência em uma DEAM da região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

## **Método**

### ***Delineamento do estudo***

Esta pesquisa possui um caráter exploratório descritivo de método qualitativo. Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa atende a demandas bastantes singulares, pois interessa-se por questões que não podem ser numeradas. Deste modo, o ciclo da pesquisa qualitativa é um específico método de atividade em hélice que inicia com uma demanda e finaliza com um retorno ou consequência que, no que lhe concerne, concede a outra questão (Minayo et al., 2009).

### ***Participantes***

A população de estudo foi constituída por oito policiais civis do sexo feminino de uma DEAM da região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. As participantes ocupavam os seguintes cargos: delegada (1); inspetora (2); escrivã (5). Assim, os critérios de inclusão para a participação na pesquisa foram: mulheres, policiais civis, efetivas

na instituição. Já os critérios de exclusão foram: estagiários(as) e homens no cargo de policiais civis.

As entrevistadas possuíam entre 30 e 47 anos de idade, seis delas estavam em um relacionamento afetivo e somente uma participante não possuía filho. Quanto ao grau de escolaridade, todas as entrevistadas possuíam ensino superior completo, sendo que três das participantes eram formadas em Direito, duas em Administração e as demais em Geografia, Publicidade e Propaganda e Letras. Quanto ao tempo na função, as policiais possuíam em média 11 anos. O tempo médio de atuação no local de trabalho atual foi de 5,4 anos. Importante ressaltar que a cidade de trabalho das profissionais não era a cidade natal de nenhuma delas.

### ***Instrumentos***

Para esta pesquisa utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada, que foi guiada a partir de um roteiro organizado com perguntas abertas e fechadas sobre as vivências de trabalho das participantes. As respostas foram gravadas em áudio e transcritas manualmente pela primeira autora do artigo. No que se refere à realização de entrevistas, Minayo et al. (2009, p. 64) ressaltam a importância da técnica para a pesquisa, sendo definida pela sua estrutura e caracterizada pelo uso de questões mistas, em que o questionado possui a oportunidade de expor a respeito do conteúdo sem se deter à questão proferida (Minayo et al., 2009).

### ***Processo de coleta de dados e questões éticas***

A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada no decorrer de 2019, sendo que a etapa de coleta de dados, especificamente, ocorreu entre os meses de setembro e novembro do mesmo ano. As entrevistas foram realizadas em diferentes dias e horários da semana, sempre no local de trabalho das participantes, com duração média de uma hora. Cada participante possuía uma sala individual de trabalho, assim, as conversas aconteceram em salas reservadas.

No que se refere aos cuidados éticos, foi apresentado, ao local da coleta e às participantes, o objetivo da pesquisa através do Termo de Declaração da Instituição Coparticipante e, também, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi informado às participantes sobre o sigilo da identidade e, nesse sentido, foram utilizados códigos conforme a ordem das entrevistas, como por exemplo: primeira entrevistada (E1), segunda entrevistada (E2) e assim consecutivamente. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale (CAAE 15897319.2.0000.5348) e pela responsável



da DEAM. A pesquisa seguiu a Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (*Resolução n. 510, 2016*). Apenas após as aprovações, a coleta foi iniciada respeitando os aspectos éticos acordados. Depois da finalização deste trabalho foi feita a devolução deste material para as trabalhadoras entrevistadas.

### ***Análise dos dados***

Para esta pesquisa utilizou-se a técnica da Análise Temática, que consiste em delimitar os núcleos de sentido que integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou a frequência com que aparecem signifique algo visado para o objeto analítico (Minayo, 2014). Do ponto de vista operacional, essa análise desdobra-se em três etapas principais, quais sejam: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento e interpretação dos dados. A partir deste processo e com base nos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho, foram delimitadas três temáticas principais: (a) “Falta munição, falta colete, eu tô desde de fevereiro com o colete vencido”: organização, condição e relações de trabalho; (b) “O ser humano ainda é adaptável, então a gente também se adapta a essa situação”: sofrimento psíquico, estratégias defensivas e danos do trabalho; e (c) “Eu gosto de ser policial, embora seja uma profissão de risco, né?”: reconhecimento e estratégias de enfrentamento no trabalho.

### **Resultados**

#### ***“Falta munição, falta colete, eu tô desde fevereiro com o colete vencido”: Organização, condição e relações de trabalho***

Esta categoria aborda questões manifestadas pelas policiais civis relacionadas a precarização da organização e das condições de trabalho, além de conflitos interpessoais e sobrecarga laboral. As participantes relataram que a rotina em uma DEAM se mostra dinâmica, visto que não é possível prever como será o dia de trabalho, pois além das atividades administrativas há também chamados extras para apoio nas operações de rua. Em ambas as demandas se exige das policiais atuantes o preparo para trabalhar com diversos tipos de situações de risco e, ao mesmo tempo, cumprimento de prazos nos lançamentos de inquéritos. As falas, a seguir, exemplificam este contexto: “Esse programa de pontuação, essa cobrança pela produção de inquéritos sabe, porque às vezes a gente deve focar mais nas pessoas e não tanto em remessas de procedimentos” (E1, comunicação pessoal, 2019); “Tu pode tá muito bem

aqui e, de repente, ser chamada pra ir pra rua apoiar um colega que tá em uma situação de emergência na rua, e tu tem que sair e deixar tudo aqui” (E2, comunicação pessoal, 2019).

As policiais civis se dividem por cartórios na DEAM, ou seja, são salas individuais e cada uma possui uma demanda específica, mas todas compartilham uma única demanda: o atendimento as mulheres ou crianças vítimas de violência, acusado e testemunhas do processo. As participantes relataram que o dia em que mais possuem demandas de atendimento ao público são nas segundas-feiras, afinal, muitos casos ocorrem nos finais de semana. Outras, ressaltaram que às vezes não possuem tempo para se dedicar tanto quanto gostariam nesses atendimentos devido à alta demanda de inquéritos que precisam processar, o que pode ser visto nos seguintes relatos: “Quando tem operação policial, atendimentos em horário de almoço, após o expediente, quando tem um caso grave ou operação policial, algum mandado de prisão, busca e apreensão se estende do horário” (E3, comunicação pessoal, 2019); “Sexta-feira é mais tranquilo, segunda-feira vem muita coisa, que já vem do final de semana. Tem mais ocorrências registradas na DPPA [Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento] e aí vem muita coisa pra cá, vem mais vítimas para atender” (E3, comunicação pessoal, 2019).

Nessa DEAM é oferecida a mediação de conflitos, na qual boa parte dos inquéritos chegam a ser resolvidos antes de irem para um processo em juízo. Somente uma policial realiza esse atendimento na DEAM pesquisada e ela ressaltou que, na maioria dos casos, consegue reverter a situação apenas com a mediação. A policial explicou que para participar desse programa são selecionados casos específicos como: “casos primários onde o acusado não possui histórico de uso de álcool e outras drogas” (E8, comunicação pessoal, 2019). Dentre essas atividades, há também a operação na rua, que acontece quando há apreensões ou prisões para realizar. Essas operações ocorrem, pelo menos, duas vezes ao mês, dependendo da demanda. Importante frisar que as policiais gestantes não podem participar e não há horários específicos para essas operações, mas na maioria das vezes são realizadas de madrugada, impondo a realização de horas extras. Diante disso, as participantes relataram que sentem muita adrenalina nessa atividade e, que, na maioria das vezes, não conseguem dormir, mesmo sabendo que precisarão acordar cedo ou comprometer os finais de semana para participar dessa atividade. Alguns relatos demonstram este cenário: “A gente fica depois do horário, finais de semana às vezes também” (E6, comunicação pessoal, 2019); “Tem que acordar cedo pra ir pra uma operação. Eu vou menos, mas tem colegas que tem que acordar três horas da manhã pra ir numa operação assim em Porto Alegre né, aí tem essas horas extras aí, né” (E5, comunicação pessoal, 2019).

Relacionado ao excesso de trabalho, aspectos como as operações fora do horário



comercial, gerando prejuízos ao sono além de riscos à saúde, a falta de munição e o uso de coletes vencidos, merecem destaque. As participantes relataram que muitos colegas, incluindo algumas delas, precisaram participar de operações na rua mesmo estando com o colete à prova de balas vencido. Elas mencionaram que apenas depois de algumas mortes de colegas policiais, o número de operações diminuiu e alguns coletes foram retirados de circulação. As profissionais manifestaram que se sentiam ansiosas, pois temiam por suas vidas. Uma participante comentou: “Há poucos dias nós estávamos fazendo operação com colete vencido, aí começou a morrer colega e colega. Mas quantas operações a gente já tinha ido com aquele colete? Aí tu pensa, nossa poderia ter sido eu, ter tomado um tiro, e aí?” (E5, comunicação pessoal, 2019).

Ainda, foi apontada a falta de carros adequados para a operação, materiais de escritório e de higiene, além de atrasos salariais. Uma policial explicou: “Falta material e o salário é parcelado, chega final de mês e as contas todas venceram e tu não recebeu o seu salário. Às vezes falta até papel higiênico no banheiro, aí a gente tem que fazer arrecadação pra comprar papel higiênico que não tem no banheiro” (E4, comunicação pessoal, 2019).

Neste contexto as participantes destacaram que existe o parcelamento dos salários e até mesmo atrasos nos pagamentos. Situações essas que geram nas trabalhadoras uma frustração em realizar o seu trabalho, pois não possuem as devidas condições. Outra dificuldade levantada foi o fato de não receberem uma capacitação para exercer a profissão em uma delegacia especializada, conforme segue nas falas abaixo: “O aprendizado mesmo é na prática e com os colegas, vai passando a experiência de alguma dela assim” (E7, comunicação pessoal, 2019); “A gente tem a formação na ACADEPOL [Academia da Polícia Civil] que ela é mais generalizada né, não tem nada específico” (E8, comunicação pessoal, 2019).

As entrevistadas relataram, ainda, que a ACADEPOL aborda superficialmente a temática da violência contra à mulher, sendo essa uma questão de atenção, pois a maioria das policiais não possuem as competências específicas para realizar este trabalho, podendo ser este um dos fatores que acometem à fragilização do serviço. A maioria das participantes relatou que buscam se aperfeiçoar conforme as atividades que realizam, mas por uma iniciativa própria.

De modo geral, em relação à infraestrutura da DEAM, a opinião das policiais dividiu-se entre “o espaço físico é bom” e “precisava de um espaço maior”. Algumas participantes manifestaram que já trabalharam em delegacias piores, justificando o porquê consideraram o espaço atual adequado. Estes aspectos podem ser observados nas falas: “Quando chove é uma coisa que me estressa, né? Porque tem a sala alagada, aí tem que sair e não consigo trabalhar e isso é uma coisa que me incomoda” (E8, comunicação pessoal, 2019); “O espaço é bom, mas deveria ser maior, em número de pessoal né? Portanto precisaria de um espaço maior, deveria

ser maior, maior atendimento também, psicológico ajudaria bastante” (E1, comunicação pessoal, 2019). Ainda, as participantes relataram que há mofos em quase todas as salas do prédio e quando chove molham algumas salas, o que torna impossível trabalhar. Apesar destas questões, o local possui salas individuais para as auditivas das mulheres vítimas de violência, o que facilita o trabalho, conforme relato das entrevistadas.

No tópico de relações socioprofissionais, algumas participantes citaram que o fato de a equipe ser formada majoritariamente por mulheres, os problemas de comunicação interpessoal são mais presentes, em especial as “fofocas”, termo utilizado pelas respondentes: “Olha, na delegacia da mulher se tem muita mulher né? E tu já viu, todo ambiente de trabalho que tem muita mulher o que acontece? Então, nós aqui também não somos diferentes” (E5, comunicação pessoal, 2019); “Eu tenho um jeito diferente, assim, de pensar, então, eu acho que na relação com as colegas às vezes não é bem-visto, porque eu ajo muito no impulso” (E4, comunicação pessoal, 2019). No entanto, nem todas tiveram essa mesma opinião, para algumas o ambiente é agradável e consideram a relação com as colegas como satisfatória, ressaltando que passam mais tempo no trabalho do que com a família.

***“O ser humano ainda é adaptável, então a gente também se adapta a essa situação”:  
Sofrimento psíquico, estratégias defensivas e danos do trabalho***

Esta temática foi constituída a partir dos relatos de sofrimento psíquico causado pelo trabalho, das estratégias defensivas encontradas pelas policiais civis para lidarem com estas vivências e dos danos causados pela atividade laboral. As participantes narraram dilemas relacionados ao uso de medicação para dormir, choro constante, desgaste emocional, pensar no trabalho após o trabalho, relações de gênero e cansaço físico e emocional. Diante das vivências de sofrimento foram observadas estratégias defensivas pautadas principalmente na racionalização, na qual as policiais evitam pensar e falar sobre o trabalho fora da DEAM.

As entrevistadas trouxeram diversos aspectos de sofrimento psíquico, sendo que algumas mencionaram a utilização contínua de medicação para dormir. Outras se sentem cansadas, tanto fisicamente como emocionalmente e, ainda, ressaltaram que, por vezes, necessitam pausar as atividades desenvolvidas. Além disso, salientaram que não se sentem reconhecidas pelo governo e remetem este aspecto aos baixos salários e parcelamentos da remuneração, apontando também para as condições de trabalho precárias e para a falta de materiais básicos para exercer a profissão. Algumas entrevistadas alegaram que o governo não reconhece a existência delas e isso é um fator desmotivador na profissão. Duas participantes da

pesquisa exemplificaram estas vivências: “Às vezes a gente tá cansada, né? É muito desgaste emocional e psicológico. Tem dias que tem muito movimento, muito tumulto, muita gente entrando e saindo. Às vezes a gente sai cansada” (E3, comunicação pessoal, 2019); “Eu sempre digo assim, segunda-feira eu tô bem, terça, quarta, chega lá por quinta eu já tô bem cansada. E no meio do ano eu já tô cansada, estressada, esquecendo as coisas, desanimada” (E6, comunicação pessoal, 2019).

Outra vivência de sofrimento relatada pelas participantes estava relacionada às questões de gênero no contexto institucional. Diante disso, foi possível verificar fatores vinculados ao preconceito de policiais homens para com as colegas mulheres, em diversos níveis hierárquicos. Muitas trouxeram que se trata de um “machismo silencioso”, mas que se concretiza no dia a dia dessas trabalhadoras. Exemplo disso são os relatos de que as policiais mulheres necessitam comprovar constantemente que são capazes de realizar determinada atividade. Este processo pode ser observado nos relatos das participantes: “Acontecia um negócio no centro e, os homens, pegavam as armas maiores e saiam, às vezes nem avisavam as mulheres, só saiam” (E7, comunicação pessoal, 2019). Além disso, a participante E2 complementou:

A polícia melhorou bastante em termos de quando eu entrei pra cá, eu tô falando em termo de machismo. Eu enfrentei muito machismo e principalmente de colegas, os agentes não eram tanto, mas os colegas delegados eram mais machistas do que nossos próprios agentes. E existe, se alguma delegada chegar e te dizer que não existe mais, ela vai estar te mentindo, a gente sente ainda velado de muitos colegas (E2, comunicação pessoal, 2019).

Diante destas vivências, como estratégias defensivas as participantes evidenciaram questões significativas. Algumas salientaram que chegam até esquecer que são policiais quando não estão trabalhando, outras ressaltaram que conseguem separar a vida pessoal da vida profissional e tentam não deixar que o trabalho influencie em suas ações. Outras policiais referiram que possuem como estratégia chegar em casa e tomar banho, pois assim, conseguem “tirar as energias ruins do dia”, expressão utilizada pelas entrevistadas. Ademais, observou-se que muitas necessitam fazer uso de medicações para conseguir dormir: “Às vezes eu tomo uns remédios, ou eu choro ou eu durmo, mas daqui a pouquinho eu me levanto e começo tudo de novo e tento dar o meu melhor” (E2, comunicação pessoal, 2019); “Eu acho que a gente na nossa profissão a gente cria uma casca, como se fosse uma casca que é essa blindagem” (E5, comunicação pessoal, 2019). Uma participante ressaltou que o seu filho a ajuda nesse processo de esquecer que é policial, pois, além da rotina de trabalho, possui uma rotina em casa e isso a

ajuda esquecer os dias difíceis.

Como consequência destas vivências surgem os danos relacionados ao trabalho. Foram observados muitos relatos sobre o impacto da escuta de situações de violência contra a mulher nas relações das policiais fora do ambiente de trabalho, evidenciando que esse contato constante com histórias de agressão interfere nas relações conjugais, com os filhos e em demais situações sociais. Algumas entrevistadas salientaram que os familiares as percebem com alterações de humor e aumento da irritabilidade:

A gente tende a atender com uma certa firmeza as pessoas, não é grosseria é uma firmeza que a profissão traz. Então, você tem essa casca e muitas vezes você pode ser confundida no seu dia a dia com pessoas que não estão sendo atendidas por você, mas sim, são pessoas da sua família, como uma pessoa grossa. Eu me estresso muito fácil em qualquer coisa dentro de casa (E5, comunicação pessoal, 2019).

Algumas relataram sentir-se culpadas, pois acabam “descontando” nos filhos as vivências de trabalho e percebem que perdem a paciência, como pode ser observado nos relatos que demonstram este aspecto: “Aqui é um estresse mental, então eu noto que desconto muito no meu filho e às vezes no meu marido também. Muita irritabilidade, acho que a palavra certa assim e é no geral assim, com amigos às vezes” (E6, comunicação pessoal, 2019); “Às vezes, assim, falta de paciência, explosão de agressividade às vezes, não aceitar sabe? Coisas que talvez não trabalhando aqui eu teria mais calma, sabe?” (E1, comunicação pessoal, 2019). Sobre a relação com os filhos observou-se, também, em algumas narrativas, que as entrevistadas percebem que as horas extras interferem negativamente na relação com os filhos.

Em muitas das descrições das policiais evidenciou-se que o trabalho é um dos motivadores das desavenças conjugais e esse aspecto dividiu-se em dois grupos: trabalhadoras que não podem falar do trabalho em casa e trabalhadoras que falam do trabalho em casa. As profissionais que não podem falar do seu trabalho em casa porque os familiares, principalmente o cônjuge, preferem não saber, ressaltaram sentir-se sufocadas por não poder compartilhar suas vivências. Já as profissionais que costumam conversar com os familiares, normalmente o cônjuge, a respeito do seu dia a dia no trabalho, salientaram que é um fator de estresse, pois expondo as situações que ocorreram no dia, acabam não conseguindo se desligar da DEAM. Verificam-se esses aspectos nas falas: “Interfere na minha vida conjugal assim, como eu te disse né, a gente não está disposta a aceitar coisas que talvez não trabalhando nesse ambiente aceitaria né” (E1, comunicação pessoal, 2019); “A gente tem um conflito muito grande né, porque eu quero dividir com ele, compartilhar com ele as coisas, mas não consigo, sabe? E daí ele não me

ajuda, não vai nas coisas comigo, não me deixa falar” (E1, comunicação pessoal, 2019).

Além destas questões, as trabalhadoras sentem receio de serem reconhecidas como policiais em momentos de lazer, temendo pela sua segurança e de sua família. Estas situações ficam evidenciadas nas narrativas a seguir: “Pela função de tu sair e tu tá sempre achando que tem que está se cuidando o tempo inteiro. Tu vai num restaurante com a tua família e tu é policial e tu pode ser reconhecida” (E4, comunicação pessoal, 2019).

### ***“Eu gosto de ser policial, embora seja uma profissão de risco né?”: Reconhecimento e estratégias de enfrentamento no trabalho***

A partir das análises das falas foi possível observar situações relacionadas ao reconhecimento no trabalho e estratégias encontradas pelas policiais para lidarem com as vivências de sofrimento. De modo geral, a maioria das participantes sente-se reconhecida pelo público que atendem, mas não pelo governo. Quanto ao reconhecimento pelo público atendido, muitas participantes relataram receber telefonemas de agradecimento após uma prisão, cartas das vítimas, presentes ou ainda o retorno das vítimas a DEAM, após alguns dias da denúncia, com um bolo para agradecer. Também são diversos os relatos das mulheres atendidas que se sentem aliviadas após a denúncia e acolhimento das policiais. A narrativa, a seguir, exemplifica: “O reconhecimento do público, das pessoas, assim, é importante eu saber que ajudei uma pessoa. Mas reconhecimento pelas pessoas atendidas, mulheres, crianças, as famílias às vezes vêm aqui, né, é muito bom ajudar” (E1, comunicação pessoal, 2019). As participantes enfatizaram, também, que se sentem reconhecidas pela delegada responsável pela DEAM e, que, para alguma delas, esse é o reconhecimento principal. Elas se sentem importantes e motivadas na instituição quando recebem algum elogio da gestora.

Como estratégias para lidar com o sofrimento no trabalho observaram-se vários aspectos, dentre eles constam a necessidade de chegar em casa e dormir pelo menos uma hora, outras contaram que preferem brincar com os filhos ou realizarem as tarefas de casa, fazer passeios com a família. Cabe ressaltar que, após um dia difícil no trabalho, algumas entrevistadas preferem realizar atividades físicas com o intuito de aliviar o desgaste sofrido no trabalho: “Eu vou pra academia desestressar, eu vou fazer musculação e *muay thai*” (E3, comunicação pessoal, 2019); “Eu tomo banho, nem que eu não lave o cabelo, mas tomo banho e se é um cansaço mental, fico lá sentadinha uma meia horinha, uns vinte minutos do escurinho e deu, tô pronta pra seguir minha vida” (E7, comunicação pessoal, 2019).

Verificou-se, também, nessa temática que as confraternizações entre a equipe de

trabalho possuem um papel importante na construção do coletivo de trabalho. As participantes citaram que sempre que podem, tentam realizar atividades juntas, tanto um almoço, quanto um lanche na tarde, pois assim, conseguem tornar o clima na DEAM mais agradável, apesar dos relatos de violência que precisam ouvir ao longo do dia. Além disso, a maioria delas tenta motivar o grupo, no sentido de destacar que elas não são meras policiais e que o trabalho do grupo ocupa um lugar fundamental para a sociedade.

## **Discussão**

Observou-se neste estudo que a organização e as condições de trabalho das policiais civis entrevistadas são caracterizadas como precárias, abrangendo desde aspectos de infraestrutura da delegacia, até mesmo carência de insumos básicos para a realização do trabalho e violação de direitos trabalhistas, envolvendo, neste caso, atrasos e parcelamentos salariais. Destaque maior merece ser dado à precarização do principal equipamento de proteção individual das trabalhadoras, o colete à prova de balas. Estes indicadores colocam as policiais em lugar de extrema vulnerabilidade, representando uma ameaça não apenas à segurança no trabalho, mas à vida das trabalhadoras. Estudos anteriores já haviam problematizado aspectos relacionados a sobrecarga laboral e a falta de condições de trabalho dos policiais (Costa et al, 2007; Bezerra et al., 2013; Sousa et al., 2022), apontando para a necessidade de políticas públicas consistentes no campo da saúde e segurança no trabalho policial no Brasil.

Do ponto de vista subjetivo, as policiais civis não se sentem reconhecidas pelo Estado. Embora atuar na Polícia Civil seja um desejo de muitos trabalhadores em função da estabilidade e da possibilidade de receber uma remuneração acima da média salarial existente no Brasil, essa realidade não é oferecida em todos os estados. Identificou-se, nesta pesquisa, que os salários possuem inúmeros descontos, além de atrasos e parcelamentos recorrentes. Silva et al. (2018) evidenciaram que, assim como o governo, as instituições também não oferecem o mérito adequado à função exercida pelos policiais, pois se investe pouco no ambiente de trabalho, assim como, oferecem-se salários baixos e não se proporcionam propostas para a preservação da saúde desta corporação.

Castro e Cruz (2015) concluíram que a causa do adoecimento destes profissionais está relacionada à insatisfação frente as condições e a organização do trabalho. Assim, considera-se que “quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa” (Dejours, 2011, p. 29). Cabe destacar ainda que, na perspectiva das entrevistadas, ser policial é viver em



constante risco e quando o Estado não viabiliza condições básicas para os trabalhadores exercerem suas atividades, esse risco intensifica-se. A questão que fica é: como a polícia vai cumprir seu papel social sem a devida proteção e reconhecimento? De uma maneira geral, o campo da Segurança Pública precisa de um olhar imediato do Estado e da sociedade, já que estas trabalhadoras e trabalhadores colocam em risco suas próprias vidas em prol da população.

É importante salientar que quando a ação do reconhecimento não ocorre no trabalho, as vivências de sofrimento dificilmente são ressignificadas, constituindo, assim, cargas que podem acometer a uma situação de desequilíbrio de doenças de fundo psicológico ou orgânico. Por outro lado, pode ser percebido que, “se falta reconhecimento, os indivíduos engajam-se em estratégias defensivas para evitar a doença mental, com sérias consequências para a organização do trabalho, que corre o risco de paralisia” (Dejours, 2004, p. 77). Para se distanciar deste ambiente adoecedor, na maioria das vezes, as profissionais entrevistadas fazem uso de estratégias individuais de mediação do trabalho, como atividades de relaxamento fora do ambiente de trabalho, automedicação ou afastamento do trabalho. Muitas policiais declararam utilizar algum tipo de medicação para dormir ou para diminuir o estresse, o que é um fator de alerta para a organização do trabalho.

Percebeu-se também que o excesso de trabalho e a sobrecarga gerada pelas escutas das situações de violência, geram impactos nas relações sociais e familiares das policiais. Além disso, a pressão imposta pelas metas institucionais, a incidência de horas extras, os conflitos entre pares e a insegurança contribuem para o agravamento dos danos à saúde mental. Associado a isso, identificou-se que este contexto de sobrecarga é intensificado pela desigualdade de gênero e pelo machismo institucional vivenciado na Polícia Civil (Souza et al., 2018). As entrevistadas sentem que precisam comprovar constantemente sua competência em um ambiente majoritariamente ocupado por homens (Schactae, 2011). Este aspecto pode explicar a maior prevalência de estresse entre as mulheres policiais em comparação aos homens policiais (Benedetti et al., 2014; Maran et al., 2015) e “a maior vulnerabilidade das mulheres trabalhadoras que apresentaram as mais altas prevalências de sintomas depressivos, estresse, ansiedade e insônia” (Passini et al., 2023, p. 14).

A análise da desigualdade de gênero no trabalho e suas consequências para a saúde laboral das policiais civis, precisa ser problematizada historicamente e institucionalmente, evitando recair em interpretações meramente grupais ou individuais. As mulheres puderam ingressar na Polícia Civil do Rio Grande do Sul apenas em 1970, ainda durante o regime militar, quando o divórcio não era permitido e o adultério era considerado crime. Para Schactae (2015), as mulheres foram “excluídas da memória e da tradição institucional, as quais afirmam

um ideal de masculinidade no culto aos heróis” e para “serem reconhecidas como agentes institucionais honradas, deveriam assumir publicamente um comportamento qualificado para uma policial feminina” (p. 04). A partir das escutas das entrevistadas é possível inferir que a história de exclusão e desigualdade de gênero nas instituições policiais no Brasil ainda estão presentes, impactando diretamente as relações socioprofissionais e de trabalho.

Outro elemento importante a ser analisado é que, na generalidade, as policiais civis não dispõem de formação acadêmica vinculada às demandas que atendem e, apesar de realizarem a formação de policial na ACADEPOL, não se sentem preparadas para atender os casos de violência que recebem. Este aspecto pode agravar as vivências de sofrimento frente as escutas realizadas, justamente pela ausência de instrumentos técnicos e teóricos que poderiam facilitar as mediações, intervenções e acolhimento. Desse modo, torna-se importante que se invista financeiramente na formação destas profissionais.

Diante desses elementos, as estratégias defensivas representam uma forma de as policiais aceitarem o trabalho ou de conseguirem realizar suas atividades diariamente. Dejours (2004, p. 101) sublinhou que “o funcionamento psíquico não é divisível. O homem que está engajado em estratégias defensivas para lutar contra o sofrimento no trabalho não abandona seu funcionamento psíquico no vestiário”. Nesse sentido, percebeu-se que fazer parte da Polícia Civil para as trabalhadoras era um sonho, a luta para alcançar essa carreira fez e ainda faz parte da rotina destas policiais. Nesse aspecto, as estratégias defensivas auxiliam as trabalhadoras a continuarem trabalhando, por outro lado, atuam de maneira adaptacionista, sem intervir ou transformar os fatores da organização do trabalho, que geram sofrimento.

No que se refere as relações socioprofissionais, apesar de sinalizados alguns conflitos, de modo geral as entrevistadas reconhecem a existência de um coletivo de trabalho. Notou-se que, em função das longas jornadas de trabalho, as principais relações de amizade das trabalhadoras são mantidas com as próprias colegas de profissão, aspecto que restringe a convivência com outros grupos sociais fora da instituição policial.

Hagen (2005) reflete sobre como se desenvolve a identidade do sujeito ao se tornar policial e ressalta que este necessita estar vigilante diante da probabilidade de situações de risco, com isso tende a não confiar nas pessoas. Associado a esse aspecto, este profissional encontra complicações para constituir amizades fora do ambiente de trabalho, já que as regras dessa amizade podem expressar questões de seu trabalho como policial, algo prejudicial para esta profissão (Hagen, 2005). Outra hipótese é que as policiais, por vivenciarem situações de violência diariamente, passam a ser consideradas grosseiras ou insensíveis por pessoas que não trabalham no mesmo ambiente. Este aspecto corrobora com achados de outros estudos sobre o

tema (Benedetti et al., 2014; Miranda, 2016; Priyanka et al., 2016).

Conjectura-se que a organização da Polícia Civil expire segurança e competência, consequentemente, há a presunção de que os integrantes dessa instituição não demonstrem fragilidade diante das situações de violência, logo, a sociedade e o Estado esperam que os integrantes da Polícia Civil não possuam empatia porque, assim, não necessitam evidenciar que também são seres humanos e que também sentem-se tristes diante de uma situação de abuso sexual infantil ou diante de uma situação de agressão à mulher. Nessa dinâmica, espera-se que essa classe trabalhadora suporte tudo (Miranda, 2016), incluindo os relatos mais dolorosos de violência. Por serem considerados socialmente heróis, pensa-se que estão imunes a todas as dificuldades da profissão, tanto que, não existe um espaço de acolhimento laboral nas DEAMs. Após um atendimento difícil, as policiais carecem recorrer às colegas ou aos familiares para compartilhar algum sentimento. Todavia, ainda é um tabu falar sobre a saúde mental no ambiente de trabalho porque isso atesta a vulnerabilidade. Miranda (2016) identificou em seus estudos com policiais militares no Rio de Janeiro, que essa cultura impedia, inclusive, os profissionais de procurarem ajuda médica diante de demandas de saúde.

No estado de São Paulo, um estudo recente apontou que, nos últimos dois anos, a classe da Polícia Civil obteve a média de 30,3 suicídios, sendo que a média de policiais civis mortos em trabalho foi de 5,0. Em outras palavras, a taxa de suicídio na classe é seis vezes maior do que a de policiais mortos em confrontos durante o serviço (Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 2019). Estas e outras questões apontadas neste estudo talvez contribuam para a problematização dos altos índices de sofrimento e adoecimento psíquico entre os policiais no Brasil.

### **Considerações finais**

Com o objetivo de analisar as vivências de trabalho de mulheres policiais civis que atuam no serviço de acolhimento à mulher vítima de violência em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) da região metropolitana de Porto Alegre, este estudo identificou situações precárias no que se refere a organização e as condições de trabalho das entrevistadas. Estes aspectos geram vivências de sofrimento e danos à saúde mental, impactando nas relações sociais e familiares das entrevistadas. Interessante acentuar que foram identificadas poucas estratégias de enfrentamento coletivas na DEAM, prevalecendo o uso de estratégias individuais para lidar com o sofrimento. Como vivências de prazer no trabalho foram destacadas as relações socioprofissionais e o reconhecimento pelas usuárias atendidas na

delegacia.

Cabe salientar que a saúde mental destas trabalhadoras requer não apenas atenção e cuidado, mas políticas institucionais concretas de promoção de saúde, segurança e prevenção de adoecimento no trabalho. Diante dessa realidade é preciso que a violência inerente ao fazer profissional das policiais entrevistadas, seja falada e elaborada a partir de olhares atentos e humanizados. Para que isso seja possível, evidencia-se a necessidade de inserção de equipes de saúde na instituição em prol da preservação da saúde mental das profissionais. Diante do exposto, ressalta-se a importância da ampliação da literatura nesse âmbito, pois não se identificaram estudos específicos sobre a saúde mental das equipes da Polícia Civil que atuam em DEAMs no estado do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

- Benedetti, C. M., Silva, F. C., Santos, P. D., Gutierrez, P. J. B. Fo., Bernardo, V. M., Silva, R. (2014). Physical activity and health conditions of military police in attendance or health treatment. *Revista Cubana de Medicina Militar*, 43(3), 326-340.  
<http://scielo.sld.cu/pdf/mil/v43n3/mil07314.pdf>
- Bezerra, C. M., Minayo, M. C. S., & Constantino, P. (2013). Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 657-666.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011>
- Borges, A. A. (2013). Polícia e Saúde: entrevista com o Diretor Geral de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 677-679.  
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300013>
- Bueno, M., & Macêdo, K. B. (2012). A Clínica psicodinâmica do trabalho: De Dejours às pesquisas brasileiras. *ECOS Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 306-318.  
<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1010/723>
- Castro, M. C. A., & Cruz, R. M. (2015). Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 271-289.  
<https://dx.doi.org/10.1590/1982-370300702013>
- Costa, M.; Júnior, H.; Maia, E. & Oliveira, J. (2007). Estresse: Diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 21, 217-222.  
<https://scielosp.org/pdf/rpsp/2007.v21n4/217-222/pt>
- Dejours, C. (2004). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Fiocruz; Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011). *Psicodinâmica do trabalho: Contribuição da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Atlas.

- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Atlas.
- Figley, C. R. (1995). *Compassion fatigue: coping with secondary traumatic stress disorder in those who treat the traumatized* (Cap. 11, pp. 249-254). Taylor & Francis Group.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança*. 357 p. [https://assets-dossies-igp-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2023/07/17-Anurio-Brasileiro-de-Seguranca-Publica\\_FBSP\\_2023.pdf](https://assets-dossies-igp-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2023/07/17-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica_FBSP_2023.pdf)
- Hagen, A. M. M. (2005). *O trabalho policial: Estudo da Polícia Civil do estado do Rio Grande do Sul*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital LUME – UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5810/000520878.pdf>
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
- Maran, D. A., Varetto, A., Zedda, M., Ieraci, V. (2015). Occupational stress, anxiety and coping strategies in police officers. *Occupational Medicine*, 65(6), 466-473. <https://doi.org/10.1093/occmed/kqv060>
- Merlo, Á. (2002). *Saúde mental & trabalho: Leituras*. Vozes.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2002). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2009). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Minayo M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14ª ed. Hucitec.
- Miranda, D. (2016). Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Mórula Editorial.
- Observatório Estadual da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (2023). *Indicadores da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha*. <https://ssp.rs.gov.br/estatisticas>
- Organização Pan-Americana de Saúde [OPAS]. (2023). *Violência contra as mulheres*. <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. (2019). *Uma análise crítica sobre suicídio policial*. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial\\_aprovacao\\_mariano.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial_aprovacao_mariano.pdf)

- Passini, E. S., Pinheiro, S. S., Makewitz, G. G., Knorst, S. L., & Giongo, C. R. (2023). Saúde mental dos trabalhadores na pandemia por covid-19: uma revisão integrativa da literatura internacional. *Trabalho (En)Cena*, 8(Contínuo), e023015. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e023015>
- Priyanka, R., Rao, A., Rajesh, G. Shenoy, R., Pai, B. H. M. (2016). Work-Associated Stress and Nicotine Dependence among Law Enforcement Personnel in Mangalore, India. *Asian Pacific Journal of Cancer Prevention*, 17(2), 829-833. <https://doi.org/10.7314/apjcp.2016.17.2.829>
- Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. (2010). *Norma técnica de padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMS*. [http://www.policiacivil.rs.gov.br/upload/1443533686\\_norma\\_tecnica\\_de\\_padronizacao\\_das\\_deams.pdf](http://www.policiacivil.rs.gov.br/upload/1443533686_norma_tecnica_de_padronizacao_das_deams.pdf)
- Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Presidente do Conselho Nacional de Saúde. Ministro de Estado da Saúde. [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)
- Schactae, A. M. (2011). *Fardas e batons, armas e saís: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná (1977-2000)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital – UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25896>
- Schactae, A. M. (2015). A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). *Tempo*, 21(37), 1-21. <http://dx.doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2015v213707>
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (2006). *Norma técnica de padronização: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM*. [http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulher-norma-tecnica-de-padronizacao/at\\_download/file](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulher-norma-tecnica-de-padronizacao/at_download/file)
- Silva, C. C. S., Santos, G. M., Amorim, M. S., Costa, M. M. H., & Medeiros, S. M. (2018). A Síndrome de Burnout entre policiais civis. *REME - Revista Mineira de Enfermagem*, 22(e-1095), 1-7. <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20180025>
- Silvestre, G., & Natal, A. (2019). Homicídio contra mulher e feminicídio demandam políticas públicas específicas. *G1*. <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/homicidio-contra-mulher-e-femicidio-demandam-politicas-publicas-especificas.ghtml>
- Sousa, R. C. D., Barroso, S. M., & Ribeiro, A. C. S. (2022). Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, 31(2), e201008pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022201008pt>
- Souza, T. M. C., Santana, F. R. M., & Martins, T. F. (2018). Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-13.



[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082018000400003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000400003&lng=pt&tlng=pt)

Vasconcelos, A., & Faria, J. H. (2008). Saúde mental no trabalho: Contradições e limites. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 453-464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000300016>

Wendt, E., & Carivali, L. F. (2017). *Anuário 2017: Polícia Civil do estado do Rio Grande do Sul*. <https://www.pc.rs.gov.br/upload/arquivos/201902/12135958-anuario2017-versao-final-grafica-compactado.pdf>

<b>Contribuições dos autores</b>	
Autor 1	Concepção do estudo, escrita do projeto, coleta de dados, análise de dados, escrita do artigo, revisão e correção do artigo
Autor 2	Análise de dados, escrita do artigo, revisão e correção do artigo, supervisão e orientação do trabalho

